

**Análise do vocacional:
recriando uma psicologia com favelas, escolhas, jovens**

Vocational analysis: recreating a psychology with favelas, choices, youth

Análisis de el llamado profesional: la recreación de una psicología con favelas, opciones,
jóvenes

Camila Moreira e Crespo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Laiza da Silva Sardinha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Patrick Silva Botelho

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Thiago Colmenero Cunha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O artigo traz reflexões sobre o cerceamento de escolhas tanto em instituições educacionais quanto em territórios populares que possuem conflitos armados, questionando o papel da psicologia em orientar, indicar, direcionar vocações sem se questionar ética e politicamente sobre as implicações dessas intervenções. Aposta-se em outra forma de trabalho, designada Análise do Vocacional, com uma possibilidade preocupada com questões contemporâneas como o território trabalhado, os jovens encontrados no grupo, o cenário político-econômico do país. O resultado aparece a partir da compreensão dos critérios elencados na tomada de decisões e do exercício

crítico da participação política na sociedade, visando um processo de protagonização e emancipação dos alunos enquanto cidadãos criadores, recriadores e pertencentes a um território de uma singular diversidade como o Complexo da Maré.

Palavras-chave: Grupo; Psicologia; Escolhas; Desindividualização; Favela.

Abstract

The article reflects on the restriction of choices in educational institutions as well as in popular territories that have armed conflicts, questioning the function of psychology in orienting, indicating, directing vocations without questioning ethically and politically about the implications of these interventions. It is put in another form of work, called Vocational Analysis, with a possibility concerned with contemporary issues such as the territory worked, the young people found in the group, the political-economic scenario of the country. The result appears from the awareness of the criteria listed in the decision making process and the critical exercise of political participation in society, aiming at a process of protagonization and emancipation of the students as creative citizens, re-creators and belonging to a territory of a singular diversity as the Maré's Complex.

Keywords: Group; Psychology; Choices; Deindividualization; Favela.

Resumen

El artículo reflexiona sobre la restricción de opciones tanto en las instituciones educativas y en las zonas populares que tienen los conflictos armados, cuestionando el papel de la psicología en la orientación, indicar profesiones directas sin cuestionar ética y políticamente sobre la simplicaciones de estas intervenciones. Apuesta em otra forma de trabajo, designado Análisis de el Llamado Professional, conlaposibilidad de que se trate conlos problemas contemporáneos tales como territorio trabajaba, los niños en el grupo, el escenario político-economico del país. El resultado aparece em la conciencia de los criterios enumerados en la toma de decisiones y el ejercicio crítico de la participación política en la sociedad a un proceso de protagonismo y la autonomía de los

estudiantes como ciudadanos, creadores y recreadores de pertenencia a un territorio de una diversidad natural como el Complejo de la Maré.

O presente artigo tem como objetivo, utilizando como dispositivo a realização de grupos de Análise do Vocacional, apresentar processos e reflexões sobre uma prática crítica da Psicologia no trabalho junto a jovens em instituições educacionais inseridas em favelas.

A atuação referida se circunscreve a partir de um projeto de extensão universitário que desenvolve atividades em uma organização não-governamental localizada no Morro do Timbau, no Complexo da Maré (Zona Norte), um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. O projeto foi realizado com 45 alunos de 14 e 15 anos do curso preparatório para Ensino Médio técnico e regular.

Se propondo a colocar em análise construtos como vocação e escolha profissional, utilizando-se a escolha profissional como disparador

para pensar os processos de escolha não só referentes à profissão, mas também a outros âmbitos da vida. A seleção dos assuntos apresentados no grupo surge a partir das falas dos participantes nos encontros, que ajudam na construção de dispositivos e temas a serem trabalhados. No entanto, ao promover outras formas de intervenções que se afastam de práticas docilizadoras vigentes no sistema educacional, é possível se perceber capturado pelo sistema o qual se critica: práticas disciplinadoras como a obrigatoriedade da presença em sala, materializada no fazer chamada, no silêncio, assim como salas de aula superlotadas. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de que as práticas exercidas sejam analisadas cotidianamente, produzindo rachaduras no sistema através da micropolítica.

Procurando fugir da lógica de especialista implementada pelos discursos produzidos pela Psicologia tradicional que busca individualizar, disciplinarizar e culpabilizar através de uma “ortopedia do sujeito”, invisibilizando as subjetividades e particularidades de cada indivíduo, aposta-se na autonomia dos jovens como forma de subverter esta prática docilizadora de corpos. Dessa forma, o grupo é experimentado enquanto uma ferramenta de empoderamento através da coletivização das questões que perpassam a vida da juventude favelada, bem como das reflexões produzidas pela relação de alteridade proposta.

Vale ressaltar que falar sobre a experiência de um grupo de mais de 40 jovens que residem em diferentes regiões de um Complexo de favelas, obviamente não é falar sobre uma história única do jovem favelado, tendo em mente o perigo da história única, como aponta a escritora Chimamanda Ngozi Adichie. Em uma perspectiva que recusa a construção e reafirmação de determinados estereótipos, o presente trabalho fala de uma experiência que denuncia estigmas presentes na

subjetivação de uma juventude majoritariamente negra, pobre e favelada. Isso significa dizer que os percursos traçados ao longo da atuação precisam dar conta de analisar que estigmas são esses que fazem com que a possibilidade de escolhas de uns seja reduzida em comparação com a de outros. Nesse sentido, tanto a criminalização da pobreza quanto o racismo são questões que atravessam de diferentes formas a vida dessa juventude. Sendo o processo de criminalização da pobreza aquele que vai atribuir estigmas aos indivíduos que fogem à uma determinada norma de aceitação em termos de dignidade, os jovens pobres das favelas vivenciam esse processo das formas mais degradantes possíveis. Já o racismo, enquanto um elemento fundante na construção do nosso país, “opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro” (CFP, 2017, p. 6). Quando uma notícia publicada pelo portal de notícias G1 (2013) traz em seu título a frase “adolescente é assaltado por menor de 15 anos” e na imagem aparece

um jovem negro, fica declarado que falar sobre a culpabilização da pobreza e sobre o racismo é falar sobre produção de subjetividade e processos de escolhas. Portanto, não cabe aqui qualquer tentativa de universalizar o que é ser jovem no Brasil, sendo sempre necessário, por todos os motivos expostos, analisar as especificidades que emergem no decorrer das atuações nos grupos da Análise do Vocacional.

Maré: território e complexidades

O Complexo da Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, com uma população de aproximadamente 140 mil pessoas, de acordo com a OSCIP Redes de Desenvolvimento da Maré (2014). Há muitas discordâncias no que se refere a dados oficiais sobre favelas, tendo em vista as complexidades desses espaços, que dificultam o mapeamento e a coleta de informações do território. Além disso, alguns líderes comunitários afirmam que subestimar estatisticamente a realidade das favelas faz com que o poder público se isente de suas responsabilidades. Nesse

sentido, é muito difícil ter uma noção mais próxima do real quanto às especificidades e configurações de cada favela.

Localizado na Zona Norte da cidade, a Maré é um conjunto de favelas que se estende entre duas grandes vias de acesso ao Rio - a Linha Vermelha e a Avenida Brasil -, o que diz muito sobre a história da região. Foi através da criação da Avenida Brasil que os primeiros moradores da Maré começaram a construir suas casas que, hoje, são cerca de 40 mil, distribuídas em aproximadamente 16 comunidades populares muito distintas entre si.

Com a ocupação iniciada na década de 40 do século passado, a Maré já sofreu inúmeras tentativas de remoção entre 1960 e 1970, além de uma série de transformações ocorridas pela construção de conjuntos habitacionais. Em agosto do ano de 1988, de acordo com o decreto nº 7980 (Brasil, 1988), a Maré ganha contorno geográfico a partir da delimitação da XXXª Região Administrativa, criada em 1986, também conhecida por RA-Maré. Essa iniciativa tinha como objetivo facilitar o acesso dos moradores aos

serviços públicos, tendo em vista que, antes, a Maré pertencia a Xª Região Administrativa, localizada em Ramos.

Somente em 1994, por meio da Lei Municipal nº 2.119, é que a Maré ganha o título oficial de bairro da cidade, o que diz muito sobre o processo de invisibilização em que se encontram esses espaços. De acordo com o Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré, iniciativa da Redes de Desenvolvimento da Maré e do Observatório de Favelas (2014), atualmente, entre os 161 bairros oficiais da cidade, a Maré configura-se como o 9º mais populoso. Isso significa um número total de habitantes próximo ao de Copacabana ou da Barra da Tijuca. No entanto, ganhar o título de bairro não provocou mudanças significativas no que diz respeito à superação dos desafios da região.

Sobre acesso à educação, o Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré (Redes da Maré, 2014) mostra que a população da Maré possui a presença de apenas três escolas que oferecem ensino médio, sendo duas delas em horário noturno. Por esse motivo, muitos jovens precisam se

deslocar para regiões muito distantes da sua residência, algo que afeta bastante a dinâmica familiar e que muitas vezes é visto com certo receio, sobretudo quando pensamos nos conflitos armados da região. Além disso, muitos adolescentes assumem a tarefa de estudar e ajudar em casa no cuidado com os irmãos mais novos ou até mesmo de trabalhar durante o contraturno escolar.

Em relação ao ano de 2016, a equipe do Eixo de Segurança Pública da Redes de Desenvolvimento da Maré coletou dados sobre violações de direitos ocorridas durante a entrada da polícia ao longo dos 12 meses. A partir de tais dados (Redes da Maré, 2017), o Projeto de Acompanhamento Permanente registrou 33 operações somente em 2016, sendo, uma média de uma operação a cada 11 dias. Uma das consequências que tais acontecimentos promovem é a paralisação de atividades fundamentais como o funcionamento das escolas. No ano passado, foram 20 dias de suspensão dos serviços públicos em função desses conflitos. Torna-se evidente a falta de estratégias para

garantir proteção e efetivação dos direitos da população.

Acompanha-se um cenário cada vez mais comum de crianças, jovens e familiares expostos à troca de tiros durante no trajeto entre as suas casas e a escola. Com isso, também observa-se a dificuldade de permanência dos professores nas escolas. Em relação à distribuição das operações ao longo dos meses, tem-se que o mês com maior incidência dessas intervenções (seis, no total) foi em agosto, mês em que a cidade sediou os Jogos Olímpicos. Devido ao evento, o Complexo da Maré entrou na lista de favelas que deveriam sofrer “contenção”, conforme se deu o planejamento operacional da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG). Além disso, houve o fato de que a morte de um policial da Força Nacional de Segurança Pública, durante uma das intervenções, pode ter agravado o quadro de conflitos.

Ainda de acordo com o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré (2017), a análise sobre o sentido dessas operações tem revelado um traço muito peculiar da política de Segurança Pública no Estado: o modelo de

policciamento para as favelas com base, somente, em operações policiais pontuais, num padrão que normalmente, não respeita os moradores, os quais comumente são percebidos como parte de redes criminosas. Percebe-se que as operações foram mais recorrentes em determinadas favelas do Complexo, em detrimento de outras, controladas por milícias, onde não houve sequer uma única intervenção.

Em relação ao número de civis mortos (17) e feridos (8), temos que o primeiro superou o dobro do último. Quando se trata da diferença entre o número de civis e policiais mortos, temos que foram 17 civis mortos e 1 policial morto. Esses dados mostram um determinado padrão de abuso do uso da força letal por parte da polícia. Durante o ano de 2016 temos que o número de vítimas dessa letalidade na Maré superou em 8 vezes a taxa de letalidade do país e em 3 vezes a do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015.

Essas análises servem para contextualizar o histórico do lugar em que são propostas as intervenções e em que momento estava o Complexo da Maré durante a ida à ONG. Falar sobre

a dinâmica da Maré faz sentido quando entende-se a subjetividade enquanto um processo atravessado também por questões culturais, históricas, políticas e sociais. Nesse sentido, antes mesmo de falarmos sobre as nossas intervenções, faz-se necessário que lancemos um olhar cuidadoso ao espaço em que habitamos. Entendendo que, para isso, torna-se fundamental a recusa por olhares estereotipados que buscam olhar para as favelas enquanto lugares homogêneos com vivências pré-concebidas.

A partir disso, como intervir no campo das escolhas de uma juventude específica apostando-se em um trabalho crítico que priorize a autonomia em oposição às mais variadas formas de tutela vigentes nas instituições de ensino?

O encontro entre a psicologia e a educação em uma organização não governamental na Maré: bons encontros, reflexão e autonomia

A instituição em que são realizadas as atividades caracteriza-se

como uma Organização Não Governamental (ONG) que desde sua fundação, na década de 90, se constitui como uma instituição que acredita na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, na medida em que propõem atividades que visam a transformação da Maré e da sociedade brasileira. Neste espaço realizam-se diversos projetos com o foco na área da Educação, como a organização de turmas pré-vestibular e o curso preparatório para o Ensino Médio.

O trabalho de instituições pertencentes ao terceiro setor na área da educação foi instituído a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9.394/1996. O primeiro artigo da legislação compreende que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Faz-se necessário afirmar aqui que a abertura de ONGs educacionais no Brasil representa um difícil percurso

de ampliação da democracia no país. Desde o vínculo inicial com movimentos sociais - cujas reivindicações pautavam a diminuição das desigualdades sociais - até a sua ascensão relacionada à diminuição das responsabilidades estatais, as ONGs fazem emergir um cuidado no que se refere ao trabalho nesses espaços.

Devido ao complexo percurso histórico de tais organizações, o trabalho no terceiro setor é marcado por desafios constantes, podendo reafirmar uma prática pautada pela lógica neoliberal, demarcar uma atuação assistencialista ou constituir uma importante ferramenta de emancipação (Galvão & Marinho-Araujo, 2017) no desenvolvimento de projetos e programas destinados às camadas populares da sociedade.

Nesse sentido, apesar dos conflitos, a atuação da ONG pode caracterizar-se por uma intervenção política, apostando constantemente na afirmação das potencialidades dos indivíduos ao investir em ações que possibilitem a ampliação do horizonte cultural e educacional. Segundo Cunha (2014), através da criação de redes

sociais capazes de fortalecer a luta pela democracia e do reconhecimento das comunidades populares como parte importante da sociedade, é possível estabelecer uma intervenção que estabeleça a garantia de direitos como um dos papéis do psicólogo(a) nesses espaços. Dessa forma, a perspectiva de atuação dos profissionais da Psicologia “deve ser institucional e criticamente situada no tempo e na história da constituição dessas organizações em supressão de uma atuação psicológica assistencialista” (Galvão & Marinho-Araujo, 2017, p.472).

Para tanto, faz-se necessário a construção de uma análise crítica e constante das intervenções propostas pelo projeto de extensão, tendo em vista que a ONG está inserida em um sistema educacional marcado pela perspectiva neoliberal, definida pela elaboração de políticas de avaliação e de controle e pelo sucateamento da Educação ocasionado pela falta de investimentos do poder público na área. A partir de tais desafios, surgem alguns questionamentos: como produzir uma prática que não se limita a uma perspectiva de controle social? Como

não se deixar controlar por práticas docilizadoras presentes no sistema educacional? Para responder tais questões, utiliza-se como base a realização de grupos de Análise do Vocacional no Curso Preparatório para o Ensino Médio na instituição.

Inspirados pelas reflexões do filósofo francês Michel Foucault, é possível compreender, através de uma genealogia histórica, o funcionamento da instituição escolar. Desde o seu surgimento no século XIX, com o advento das sociedades disciplinares e o aparecimento de instituições que visam enquadrar o indivíduo fundamentado pelo poder disciplinar, a instituição escolar insere as suas ações no corpo através de normas que visam disciplinarizar os indivíduos - “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado e aperfeiçoado” (Foucault, 2011, p. 218).

A disciplina está instaurada como prática da instituição, a ponto de capturar as subjetividades dos atores do espaço, como os alunos e professores. Portanto, autoriza-se a utilização de técnicas na instituição escolar que permitam trazer uma utilidade ao corpo

e a homogeneização dos indivíduos. Existem regras e padrões de comportamentos que devem ser respeitadas e seguidas por todos.

O formato do funcionamento das salas de aulas nos estabelecimentos educacionais pode ser um analisador desse sistema, os alunos são distribuídos em fileiras, sentam-se alinhados, existe uma relação hierárquica entre professores e alunos, o aluno copia em silêncio e o professor ensina os conteúdos, tudo isso representa um conjunto de regras que incidem na relação do tempo e no local, e que faz “funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 2011, p. 242).

Em oposição a este modelo de instituição escolar, a nossa prática é atravessada pela perspectiva crítica e transformadora da ONG na construção de uma educação popular como prática de liberdade¹. Procura-se construir uma intervenção política e crítica a fim de desmontar os discursos e as práticas cristalizadas presentes no sistema educacional e nas relações sociais como um todo.

Quando são verificados o uso de práticas disciplinares como a obrigatoriedade da presença em sala, materializada no fazer chamada, no silêncio, assim como salas de aula superlotadas, procura-se utilizá-las ao favor do grupo de reflexão proposto. Não se trata de utilizar esses dispositivos educacionais como forma de controle e normatização dos indivíduos, mas como formas de possibilidade de construção de novos modos de ser e estar na sociedade.

Para isso torna-se necessário escutar os alunos e as suas demandas, não conceber o nosso saber-fazer de forma hierarquizante. O processo de aprendizagem dos alunos se dá por encontros potencializantes com o conhecimento que emerge de suas vivências. Deste modo, torna-se necessário abordar assuntos que falam sobre as questões que atravessam as suas vidas, como o território, à juventude, o sistema de ensino vigente. Nos encontros procura-se utilizar dispositivos atraentes à juventude para a facilitação da reflexão e discussão dos assuntos, como músicas, vídeos e

textos, assim como todos sentarem em roda para participar dessas atividades.

O ano de 2016 foi marcado pela expansão dos movimentos secundaristas pelo Brasil, estudantes majoritariamente com idades entre 15 e 17 anos ocuparam mais de mil escolas pelo país a fim de lutar por seus direitos. Em um dos encontros do grupo de Análise do Vocacional foi abordado o tema das ocupações realizadas pelos jovens nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, sendo que alguns dos alunos participantes do espaço estudavam nas escolas ocupadas.

Foi realizada uma apresentação expositiva com imagens e reportagens de jornais sobre o tema, depois pediu-se que cada aluno produzisse um texto ou desenho que retratasse o tema “A escola que queremos”. Em seguida, os alunos apresentaram suas produções e foi realizado um debate acerca do tema.

Nesse momento foi possível ouvir relatos de problemas relacionados à infraestrutura das escolas, surgindo questões de como a falta de ar-condicionado nas salas de aula afeta o rendimento dos alunos neste espaço, visto o calor intenso da cidade do Rio

de Janeiro. Além disso, os alunos relataram dificuldades em falar sobre assuntos que perpassam as suas vidas na escola. Segundo eles, o curso preparatório da instituição apresenta-se como um espaço capaz ao debate e propício para emitirem as suas opiniões sem nenhum julgamento externo. Os jovens observavam no espaço um lugar de acolhimento, além disso reconhecia a potencialidade presente nas atividades, as quais proporcionaram a análise de sua participação política em sociedade.

Dessa forma, discutir o movimento das ocupações das escolas no grupo de Análise do Vocacional em 2016 propiciou a oportunidade de entender a forma como estes alunos concebem a instituição escolar e o que esperam deste espaço. Assim, surge-se um desafio rotineiro ao nosso trabalho. Julga-se necessário analisar as nossas intervenções constantemente para assim contribuir com uma prática em um estabelecimento educacional, que promova bons encontros, reflexão e autonomia aos indivíduos.

A escolha da profissão como dispositivo de autonomia: a ferramenta da Análise do Vocacional

Para falar de Análise do Vocacional enquanto um projeto que objetiva produzir, junto aos alunos, a reflexão enquanto prática de liberdade é preciso fazer uma retrospectiva do nascimento da Orientação Vocacional. Trazer essa análise junto de reminiscências sobre a origem da Orientação Vocacional significa interrogar seus objetivos e efeitos, colocar em análise as práticas para que seja possível criar rachaduras em modelos antigos e produzir novos possíveis dentro de uma prática que se propõe política.

A prática de orientar vocações nasce desatrelada à prática psicológica, a partir da revolução industrial, com a premissa de aumentar a eficiência e detectar trabalhadores inaptos. Essa criação se esclarece a partir da mudança da concepção de trabalho; com a solidificação das indústrias e o surgimento da modalidade do trabalhador livre se fazia necessário especializar as profissões para definir “a

“pessoa certa para o lugar certo” (Bicalho, Bartalini & Sasso, 2010). A revolução industrial, enquanto mote da explosão do regime capitalista e estopim da era moderna, precisava eliminar o caos no trabalho presente no período anterior à modernidade, e o fez lançando estratégias como a ordenação das profissões e descrição de características dos cargos de trabalho para que fosse possível selecionar os trabalhadores mais aptos a cada função, aumentando a produtividade e fazendo o possível para eliminar acidentes de trabalho (Frotté, 2001, p.14 e 15). Neste momento torna-se necessário adequar o trabalhador ao regime industrial, visando o máximo de lucro, por isso a urgência de lançar estratégias; para o capitalismo progredir enquanto sistema se fazia imprescindível controlar e docilizar os trabalhadores - populares, até este momento - para que estes executassem somente a tarefa que lhes cabia da maneira mais rápida e eficiente possível. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (2005, p.33) vão propor o conceito de produção de subjetividade para definir uma ordenação e serialização de encadeamentos

subjetivos provocados pela máquina capitalística, com o objetivo de controlar as massas populares.

O marco oficial da orientação profissional se dá no início do século XX, com Frank Parsons, que se baseou em práticas psicológicas e pedagógicas ao orientar jovens em suas escolhas profissionais, se utilizando de um processo de cruzamento de dados a partir das características do indivíduo e da profissão determinada (Sparta, 2003). Aqui, a orientação se dá no sentido de preparar os jovens em suas aptidões para um mercado cheio de possibilidades e caminhos, tornando mandatório o auxílio de um profissional que conheça o método e o indivíduo e que é, portanto, apto para desvelar um futuro ainda desconhecido. Segundo a autora, os testes de inteligência e aptidão desenvolvidos durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial tiveram forte influência no saber-fazer da Orientação Vocacional, tornando-a extremamente diretiva no que se refere a definir profissões de acordo com as características dos jovens que se colocavam sob seu crivo e também na demarcação do lugar de especialismo

que permeava a área, durante as décadas de 20 e 30, uma vez que os testes tinham grande influência da Psicologia Diferencial e da Psicometria. Destaca-se aqui a falta de interesse em fazer emergir as características singulares da juventude, já que a singularidade se coloca em contraposição direta à produção de subjetividade capitalística; se faz igualmente importante destacar o lugar do psicólogo a serviço de práticas docilizadoras regidas pelas relações de poder - uma vez que se fazia necessário definir com precisão a profissão certa para cada indivíduo, tarefa impossível de ser realizada a partir de opiniões e desejos pessoais, cabendo somente a um especialista - e a favor do capitalismo. A Orientação Vocacional, neste período, foca então na captura de características e aptidões que os sujeitos já possuíam durante a feitura dos testes, para definir os lugares dos jovens em profissões já caracterizadas.

A vocação, segundo Frotté (2001), se apresentava nesta época como um conjunto de aptidões e motivações, pessoais e sociais que pertencem e nascem com o indivíduo e o fariam pertencer a uma ou outra

atividade ocupacional. Esse conceito se contrapõe à noção anterior de vocação, que correspondia à ideia de chamado divino para o serviço na Igreja, passando a um conceito mais prático, com relações trabalhistas, mas ainda remetendo à ideia de essência, uma vez que tais habilidades já nasceriam com os indivíduos, restando a eles a tarefa de desenvolvê-las o máximo possível para corresponder às expectativas do mercado de trabalho. Aqui, faz-se necessário questionar esta noção de vocação e o direcionamento das práticas de orientação vocacional; a quem eram direcionadas tais práticas? De que maneira estas poderiam definir a vida de diferentes juventudes a partir do direcionamento à determinadas profissões? Será que profissões como a dos médicos, advogados, administradores se encaixavam nas habilidades capturadas pelos testes de aptidão e pela noção de vocação da época em classes populares ou se achavam somente na juventude mais abastada? De que forma a Orientação Vocacional chega às classes populares, e para quais lugares (profissões) elas

eram direcionadas pelo saber especialista?

Cabe afirmar, então, a Orientação Vocacional como uma prática hegemônica por se dispor a buscar resultados dentro de um indivíduo com questões e aptidões prontas para servir ao mercado de trabalho; do mesmo modo, ignora o caráter de movimento e invenção de novas práticas na produção subjetiva, seguindo a cultura etnocêntrica do capitalismo e as relações de poder definidas pelas classes dominantes no que tange à economia, política e valor cultural, deixando ao psicólogo o trabalho de desvelar uma afinidade profissional, dentro do lugar de especialista da subjetividade humana, a partir destes princípios já definidos pelas relações de poder.

A Análise do Vocacional surge em contraposição a este discurso hegemônico e individualizante, entendendo que existem forças instituídas e instituintes no campo e que o sujeito-objeto não se apresentam arrematados para intervenção, mas são singulares e se constroem por meio da prática. Fala-se em sujeito de

conhecimento e não objeto por entender a produção de conhecimento enquanto um disparador que funciona em via de mão-dupla, ou seja, tanto o participante quanto o facilitador se encontram suscetíveis aos atravessamentos que podem emergir durante o grupo. Por isso, aposta-se em autores que trabalham a filosofia da diferença e seu conceito de sujeito, como diz a autora Diana Malito:

Sua concepção de sujeito desmonta um paradigma unificado, racional, interiorizado e dotado de certa natureza. Traz em contrapartida o conceito de produção de subjetividade como modos de sentir, agir, perceber, produzidos por diferentes dispositivos sociais, políticos, econômicos e culturais existentes no mundo. Nessa leitura, nos deparamos com forças produzindo uma subjetividade que não separa pensamento/corpo, desejo/política, sujeito/mundo; uma subjetividade descentrada, múltipla e em constante tensionamento. (Malito, 2011, p.39)

Pensar um sujeito que se reinventa a partir do tensionamento de forças no plano é admitir ser possível reinventar novos modos de ser e estar

no mundo ao fim de cada processo vivido. A Análise do Vocacional propõe, então, colocar a escolha profissional como um disparador dentro de um processo que permite ressignificar os critérios que as pessoas utilizam ao escolher, quando a escolha da profissão não se dá apenas no momento da inscrição do curso e sim lá atrás, ao analisar se é melhor continuar na escola do bairro ou ir para outra escola mais longe, fazer um curso preparatório na comunidade de facção rival ou ficar em casa, optar por um curso técnico ou mirar a universidade.

Nesse sentido, percebe-se que escolher não é simples e vai além da escolha profissional, envolvendo campos como família, território, amigos, classe social e por isso é necessário considerar a escolha uma aposta feita durante um processo de experimentação, que hoje é e amanhã pode não ser mais. Escolher significa experimentar, viver novas experiências, ouvir a narrativa de outros, ter coragem de olhar pra dentro e ver o que nunca tinha sido visto, refletir.

Enquanto projeto de extensão que trabalha a Análise do Vocacional

enquanto ferramenta, procura-se seguir uma metodologia específica. No geral, propõe-se a divisão de uma turma de 40 alunos em dois grupos, seguidos de 10 encontros com cada grupo - um por semestre - onde serão discutidos diversos temas que têm como atravessamento a escolha profissional e que surgirão a partir de assuntos que emergem com o uso de dispositivos no grupo. Os dispositivos são usados para fazer disparar questões que servirão como temas a serem trabalhados durante os grupos seguintes podendo ser filmes, poemas, brincadeiras, a fala de alguém durante o grupo; a ideia é aguçar a escuta quanto à reflexões, olhar como se olha um estranho as próprias opiniões e métodos, coletivizar demandas em vez de individualizar e culpabilizar, ou seja, estimular um espaço de autonomia para a juventude. Ao final dos 10 encontros, serão produzidos laudos para cada um dos participantes, com o material produzido na escrita dos diários de campo, com o objetivo de pensar o processo vivido por cada um, e discutir com o aluno posteriormente o que ele achou do laudo, se concorda ou não com o que foi

escrito, o que fazer com o conteúdo escrito no documento, etc.

O grupo como modo de intervenção é eleito porque é entendido como maneira de coletivizar demandas, estranhando as próprias escolhas e as escolhas dos outros a partir da fala no grupo, com o objetivo de construir um caminho novo e singular para si, e desindividualizar, ou seja, perceber certas questões - a ansiedade pré-prova, o cansaço, tiroteios durante a noite que não deixam dormir - enquanto questões particulares àquele coletivo. Aqui, existem não só pessoas diferentes dentro de um grupo, mas processos de existência e resistência diferentes; busca-se a partir deste dispositivo as possibilidades de implodir modos cristalizados de viver a partir da exposição à modos diversos de estar no mundo. Tendo isso em mente, é possível citar um encontro onde foi usado um dispositivo para expressar como estavam se sentindo naquele momento, visando criar um momento catarse pós-provas.

Os alunos estavam de início focando em sentimentos negativos, como decepção, frustração, vontade de

desistir, até que uma aluna constata: *“perai, mas eu não to me sentindo só triste... também to feliz por ter chegado até aqui, e ter conhecido todo mundo (a turma)”*. Desse momento em diante, os outros alunos começaram a considerar também os sentimentos positivos como alívio por ter acabado, orgulho por ter dado o melhor de si, etc.

Corbisier (2011) define o dispositivo-grupo como gerador de singularidade, através da multiplicidade e do deslocamento; é no encontro com o outro que se disparam movimentos inesperados provocados pela experimentação e inquietação sentida ao ver a própria fala -naturalizada- se deslocar para outras percepções. Como jogar uma pedra no meio de um rio, onde as ondulações se propagam.

Sendo assim, nos grupos de análise do vocacional no ano de 2016 foram realizadas oficinas semanais com a proposta de colocar em análise construtos como vocação e escolha profissional assim como escolhas em outras áreas da vida, usando dispositivos que dispararam questões como “que curso farei daqui a um ano”, “qual a diferença entre ensino técnico e

regular”, e também “por que a família elege meu irmão para trabalhar fora e a mim - mulher - para cuidar dos irmãos mais novos”, ou “será que o meu cabelo influencia na hora de procurar emprego?”.

Certa vez foi colocado pros alunos um jogo de defesa das profissões, onde eles deveriam escrever sobre sua situação profissional e definir a profissão, dizendo o motivo da escolha. O próximo passo seria imaginar a seguinte situação: “(...) imagine que você vive em uma sociedade em que o governo determina a profissão das pessoas. Entretanto, uma vez por ano, há a possibilidade de solicitar ao governo uma mudança de profissão, coisa que ocorre em um tribunal.”

Cada aluno deveria então, se dirigir ao tribunal onde encontrará representantes do governo, para solicitar tal mudança. A função dos juízes é bombardear os solicitantes de perguntas para que possam ter certeza de que a mudança de profissão ou ocupação merece ser autorizada. O resto do grupo atuou na dinâmica enquanto tribunal/governo/juiz. Ao final de cada

defesa de mudança, o grupo definiria a aceitação ou não, também justificando e fundamentando tal decisão. Esse dispositivo tinha como objetivo colocar os alunos para pensarem nos fatores que os levavam a escolher determinada profissão, fossem eles sociais, econômicos, relacionados à família e como defender sua escolha. Ao mesmo tempo, dava ao resto da turma a autonomia de decidir se a apresentação tinha sido convincente ou não, sendo necessário uma fundamentação lógica do sim/não.

O racismo estrutural também foi um dos temas que emergiram no grupo. Em uma conversa com a coordenação, foi passado para a equipe de facilitadores que uma das alunas estava se sentindo pressionada pela família a alisar o cabelo. Havia chegado a hora de falar sobre racismo? Tomou-se então a decisão de exibir dois vídeos com o fim de discutir a temática do racismo. O primeiro vídeo surge através de uma parceria entre o Conselho Federal de Psicologia e o Canal Futura. O vídeo apresenta diversas falas de brasileiros(as) sobre a condição do(a) negro(a) no Brasil e trata das

consequências de séculos de escravidão no país. O segundo vídeo foi elaborado pela ONG Criola do Rio de Janeiro em parceria com a agência W3haus e teve como objetivo colocar as pessoas para refletirem a respeito de diversos comentários de cunho racista publicados em redes sociais. A agência teria conseguido localizar alguns autores dessas publicações e colocado outdoors próximos ao local onde eles moram. Um estudante de 26 anos que havia postado em seu Twitter "Cheguei em casa fedendo a preto" no ano de 2012 foi reconhecido por um amigo ao observar um outdoor e resolveu dar seu depoimento para a campanha. O vídeo, além do relato e pedido de desculpas do estudante, também conta com relato de mulheres negras vítimas de racismo. Após o assistir aos vídeos, foi aberta uma discussão com a turma e eles foram trazendo relatos pessoais de racismo, relatando já terem passado por situações muito semelhantes às expostas nos documentários, como ser perseguido pela segurança do shopping em um passeio. O relato culmina na frase de V., 14 anos: "O pessoal da zona sul entra no shopping de chinelo e é normal, mas vai

um favelado entrar de bermuda e chinelo, pra ver se não acham que ele é ladrão?" Além disso, as alunas começam a discutir sobre o cabelo crespo. O que fazer quando as pessoas ao seu redor dizem preferir seu cabelo alisado em vez de natural? Seria esse também um fator influenciador durante entrevistas de emprego?

Olhar o sujeito/objeto como indivisível de seus desejos, falhas, privilégios e histórias implica necessariamente em se perceber, enquanto cutucador, também indivisível de seus desejos, falhas, privilégios e história que indispensavelmente coabitam o campo em que atua. Nesse sentido Lourau (1993) fala da análise de implicações como indissociável do trabalho com afetos que visam movimentar o que parece cristalizado. Essas ideias lançam luz aos embates e identificações que podem ocorrer dentro de campo, em momentos onde os afetos que atravessam o cutucador vão de encontro aos afetos de um aluno e se faz necessário intervir dentro destas duas linhas; o que dizer para um aluno que diz ser perseguido ao entrar no shopping quando o próprio facilitador passa pela

mesma situação? Ou então em momentos de conflitos no território, quando no meio de um tiroteio o cutucador se depara com a responsabilidade de cuidar do grupo e de si mesmo.

Considerações Finais

A Orientação Vocacional sofreu transformações - algumas radicais, outras nem tanto - e percorreu um longo caminho, servindo, historicamente, ao propósito de domesticar e disciplinar corpos a fim de moldar uma força de trabalho. Com o avanço da máquina capitalística, entende-se enquanto prática libertadora o reconhecer das singularidades dos sujeitos, principalmente das juventudes, que são diversas, e como tais contribuem com suas perspectivas, ideias, projetos, pro coletivo social.

A Análise do Vocacional, no processo de subverter a lógica hegemônica, entende-se como uma prática que parte de um paradigma ético/estético/político; ético ao fazer a análise dos efeitos que nossas intervenções produzem no grupo,

estético no sentido de afirmar modos singulares de ser e estar no mundo e político, por resistir a uma força instituída que individualiza o sujeito. Tem como meio, não como norte, como materialidade, o auxílio no processo de autonomia dos jovens para que eles possam construir seu próprio processo de escolhas.

Notas

¹ A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é parte de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em relações com o seu mundo. (Freire, 2016, p.98)

Referências

- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB*. Lei nº 9394/96. Brasília.
- _____. (1998). *Lei nº 7980*, de 12 de agosto de 1988.
- Bicalho, P. P. G., Bartalini, C. P. B. & Sasso, N. K. (2010). *A prática de “orientar vocações” e os sentidos do atual trabalho*. Rio de Janeiro: Liinc em Revista.
- Corbisier, C. (2011). *Grupos e Criatividade: Para uma Clínica mais Humana e Solidária*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Cunha, T. C. (2014). *Diferença como possibilidade, encontro como potência: atuação da Psicologia em uma organização não governamental no Complexo da Maré*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Conselho Federal de Psicologia (2017). *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP.
- Foucault, M. (2011). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Freire, P. (2016). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frotté, M. (2001). Percursos da Orientação Vocacional no Brasil. Em: *Analítica do vocacional: percursos e derivas de uma intervenção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Galvão, P & Marinho-Araujo, C. M. Psicologia Escolar em ONGs: Desafios Profissionais e Perspectivas Contemporâneas de Atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 467-476.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2005). *Micropolíticas: Cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- G1. Em Boa Vista, adolescente é assaltado por menor de 15 anos. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/oraima/n>

- [oticia/2013/04/em-boa-vista-adolescente-e-assaltado-por-menor-de-15-anos.html](http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/em-boa-vista-adolescente-e-assaltado-por-menor-de-15-anos.html)
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Marques, M. (2013, 15 de Janeiro de). Em Boa Vista, adolescente é assaltado por menor de 15 anos. *G1.com*. Acessado em 24 de Janeiro de 2018, de <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/em-boa-vista-adolescente-e-assaltado-por-menor-de-15-anos.html>
- Malito, D. (2011). *Ou Isto ou Aquilo: dos “falsos problemas” à criação de um campo problemático: Encomendas de Orientação Vocacional em análise*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Meza, A. (2013). *Cartografando processos de criminalização nas relações cotidianas: uma aposta no encontro com a alteridade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ngozi, C. (2012). *O perigo da história única* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.google.com/url?q=https://www.youtube.com/watch?v%3DEC-bh1YARsc%26amp;t%3D57s%26gt&sa=D&ust=1516138174801000&usg=AFQjCNFsEZTTcFGbeumuBSKpFdQqtP15iw>
- Redes da Maré (Org). (2014). *Censo de Empreendimentos Maré*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. Disponível em: http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2014/07/GuiaEmpreendedores_FINAL_18JUL.pdf
- _____. (2017). *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/seguranca-publica/boletim->

[direito-a-seguranca-publica-na-mare/](#)

Camila Moreira e Crespo

Discente de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: crspcamila@gmail.com

Laiza da Silva Sardinha

Discente de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: laiza.sardinha@gmail.com

Patrick Silva Botelho

Discente de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: patrickbotelho.9@gmail.com

Thiago Colmenero Cunha

Psicólogo e Pedagogo. Discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Santa Úrsula (USU).

E-mail: colmenerocunha@gmail.com

Enviado em: 25/06/17 – **Aceito em:** 14/02/18
